

Neste encarte são fornecidas informações sobre o Estado da Federação no qual se insere a Unidade de Conservação (UC), de forma a caracterizar a realidade e indicar possíveis alternativas que possam acarretar benefício para a UC, especialmente aqueles que venham a contribuir para uma proteção e conservação mais efetiva.

As bases de dados publicadas pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) foram utilizadas como fonte de informações, tais como o Anuário Estatístico do Brasil de 1997, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio de 2000 e Censo Agropecuário de 1995/96. As informações sobre as unidades de conservação e as organizações governamentais e não governamentais foram obtidas através da Gerência Executiva do IBAMA no Estado.

3.1 DIVISÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO

Com a finalidade básica de viabilizar a agregação e a divulgação de dados estatísticos, de forma a traduzir, ainda que de maneira sintética, os desníveis da organização do Território Nacional quanto às questões sociais e políticas, o IBGE estabeleceu a divisão regional do Brasil. Desta forma, o Brasil está dividido em 5 grandes regiões geográficas: Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul, de forma a facilitar diversas ações de planejamento do governo (IBGE, 1997).

O Estado do Maranhão situa-se em uma posição geográfica de transição entre três macro-regiões brasileiras: Norte, Nordeste e Centro-Oeste, pertencendo à região Nordeste do Brasil.

Localizado entre as coordenadas geográficas de 01°01'00"S e 10°21'07"S e 41°48'30"W e 48°40'51"W, possui uma extensão territorial de 333.365,6km², isto é, 3,90% da área do Brasil, e 21,35% da região Nordeste, sendo o segundo maior estado em extensão na região e o oitavo maior estado brasileiro, estando atrás do Amazonas (18,45%), Pará (14,5%), Mato Grosso (10,60%), Minas Gerais (6,89%), Bahia (6,64%), Mato Grosso do Sul (4,19%) e Goiás (3,99%).

O Estado do Maranhão possuía 217 municípios em 1998, dos quais 81 foram criados em 1997, distribuídos em 21 microrregiões geográficas, que estão reunidas em 5 meso-regiões geográficas (Quadro 3.1, Figura 3.1).

Quanto à classificação dos municípios com áreas de interesses específicos, o Estado do Maranhão possui 181 municípios dentro da área denominada Amazônia Legal, 40 de Zona Costeira sendo que, todos estavam vinculados à extinta Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE).

3.2 USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

Histórico

A partir da década de 50, a expansão do sistema rodoviário passou a integrar o Maranhão ao Nordeste e ao Centro-sul do País, auxiliada pelas estradas estaduais e vicinais que contribuíram para o crescimento da região central do Estado. A abertura da Belém-Brasília favoreceu a explosão ocupacional do oeste do Estado, em particular na cidade de Imperatriz.

A partir da década de 60, as políticas públicas de desenvolvimento da região maranhense se fizeram sentir de forma marcante, interferindo diretamente no processo histórico de desenvolvimento da região, que era a extração de riquezas para o abastecimento de outras regiões. Assim, a massa de capitais investidos a partir de incentivos públicos alterou o

conjunto das relações relativas à terra e ao trabalho, interferindo na ocupação humana que sempre caracterizou o processo natural de ocupação espontânea nas terras maranhenses.

Quadro 3.1. Meso-regiões e Micro-regiões geográficas do Estado do Maranhão

Mesorregião	Microrregião
1. Centro Maranhense	1. Alto Mearim e Grajaú
	2. Médio Mearim
	3. Presidente Dutra
2. Leste Maranhense	4. Baixo Parnaíba Maranhense
	5. Caxias
	6. Chapadas do Alto Itapecuru
	7. Chapadinha
	8. Codó
	9. Coelho Neto
3. Norte Maranhense	10. Aglomeração Urbana de São Luís
	11. Baixada Maranhense
	12. Itapecuru Mirim
	13. Lençóis Maranhenses
	14. Litoral Ocidental Maranhense
	15. Rosário
4. Oeste Maranhense	16. Gurupi
	17. Imperatriz
	18. Pindaré
5. Sul Maranhense	19. Chapadas das Mangabeiras
	20. Gerais de Balsas
	21. Porto Franco

Fonte: Atlas do Maranhão (2000)

Na década de 70, iniciou-se no Maranhão um processo de implantação de diversos empreendimentos de capital intensivo, ligado ao aproveitamento da madeira na região tocantina, permitindo a expansão do município de Açailândia. Também, nesta década consolidou-se a ocupação do Alto Turi, através da SUDENE, destacando-se o município de Zé Doca e o projeto de colonização de Buriticupu. A partir da década de 80 com a implantação do Programa Grande Carajás, nova frente de expansão econômica se instala na região da Pré-Amazônia Maranhense, com seu eixo representado pelo corredor da Ferrovia Carajás-Ponta da Madeira, dinamizando a região de Santa Luzia/Açailândia e Imperatriz/João Lisboa.

A implantação dos diferentes projetos industriais, especialmente os minero-metalúrgicos e madeireiros imprimiram graves danos ao ambiente com a devastação das florestas, poluição dos recursos hídricos e do ar, além da desarticulação do modo de vida das populações nativas. As conseqüências desses impactos marginalizaram essas populações, pois o número de empregos que gerou foi insuficiente diante do grande contingente de desocupados que promoveu. Esse fenômeno está intimamente relacionado ao baixo grau de instrução da população nativa, que não encontra mercado de trabalho em muitos desses projetos, ficando com os piores salários e os de mais baixa qualificação.

Na década de 80, verificou-se que o Maranhão iniciou um processo de ruptura das amarras tradicionais existentes em seus sistemas produtivos. No setor agropecuário, o Estado não evoluiu tecnologicamente. Assim, nessa década, tem-se um setor rural fraco, com agricultura perdendo importância para a pecuária extensiva, que ocupa mais terras e produz relativamente menos, ocupando menos trabalhadores. As conseqüências, como parece natural, surgiram na melhor participação do setor primário na formação do PIB, levando à menor renda familiar por trabalhador e, por conseguinte, uma pior qualidade de vida.

Figura 3.1- Mapa geopolítico do Estado do Maranhão. **Figura 3.1-** Mapa geopolítico do Estado do Maranhão.

A agricultura no Maranhão por muito tempo foi caracterizada pela baixa produção decorrente de uma certa instabilidade devido aos conflitos pela posse da terra e concentração de áreas de terras mantidas improdutivas ou com reduzida produtividade, em poder de pequenos proprietários. No entanto, as mudanças provocadas nas regiões sul e sudeste do Estado, ao longo das áreas maranhenses, propiciaram uma melhor condição de vida ao homem do campo, pois foram instaladas culturas altamente tecnificadas, como a soja.

3.2.1 Agropecuária e Extrativismo

De acordo com o IBGE (1996) através do Censo Agropecuário do Maranhão, 42,3% das terras maranhenses são utilizadas para pastagens, sendo seguida pelas matas e florestas naturais ou plantadas (22,9%), onde há extrativismo de diversos produtos. As lavouras permanente e temporária ocupam cerca de 14,6% das terras utilizadas (Figura 3.2). O Estado colabora com 1,1% da produção agrícola nacional. Os principais produtos são mandioca (42,9%), cana-de-açúcar (23,9%) e arroz (16,7%). Embora seja uma cultura que está em expansão no País, a soja representou apenas 2,8% da produção agrícola do Estado (Figura 3.3).

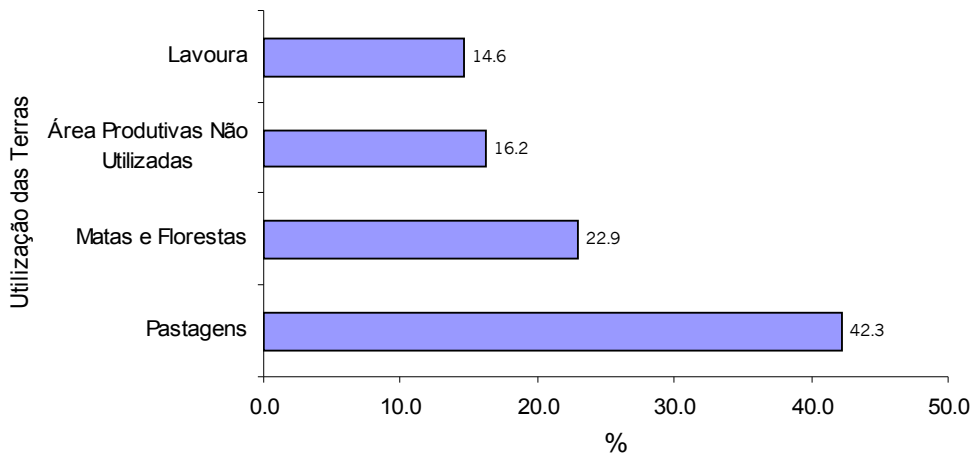


Figura 3.2 - Utilização das terras do Estado do Maranhão. Fonte: IBGE (1996)

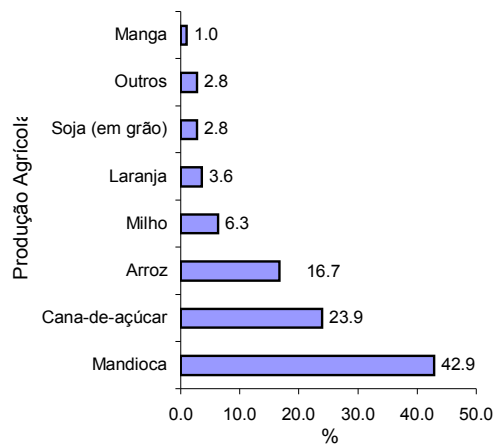


Figura 3.3 - Produção agrícola do Estado do Maranhão (%) no ano de 1995. Fonte: IBGE (1997).

A extração vegetal é de grande importância para a economia de subsistência no Maranhão. Muitas plantas são utilizadas pelo seu potencial alimentício (açai, castanha-de-caju, mangaba, etc.), oleaginoso (babaçu e tucum), medicinal e aromática (jaborandí), produtores de fibras (buriti e carnaúba), taníferas (angico). A Figura 3.4 mostra os produtos do extrativismo no Estado do Maranhão. A produção animal do Maranhão representa 2,3% da produção nacional. Merece destaque o avanço da produção de aves e derivados, que no ano de 1995 foi responsável por 63,9% da produção animal do Estado (Figura 3.5). Este fato deve estar associado às condições favoráveis trazidas pelo estabelecimento do Plano de Estabilização Econômica (Plano Real) que propiciaram o incremento da criação de aves, que requerem investimento e emprego de tecnologia.

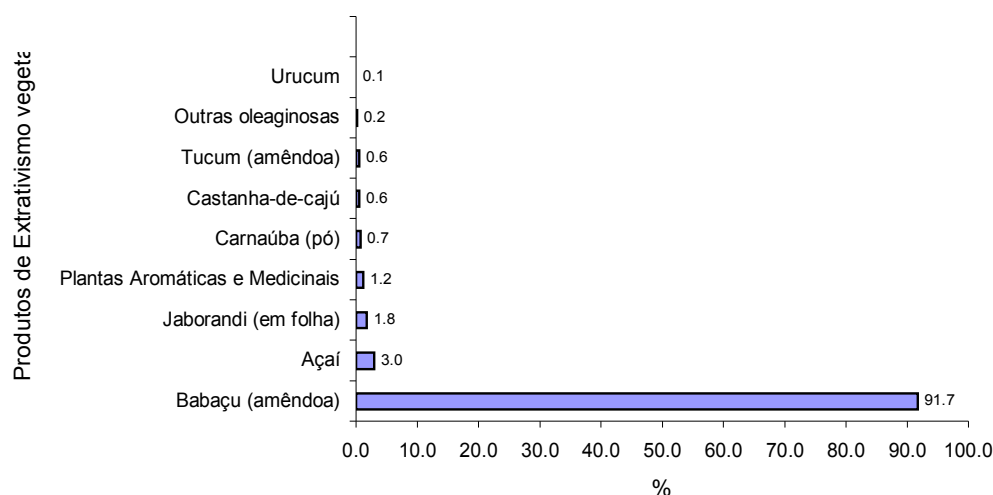


Figura 3.4 - Produção da extração vegetal do Estado do Maranhão (%). Fonte: IBGE (1997).

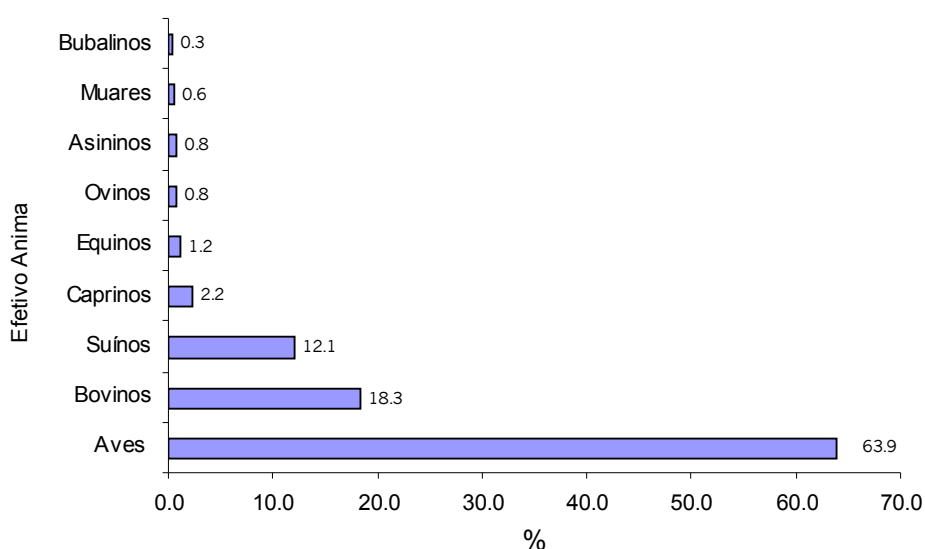


Figura 3.5 - Produção animal do Estado do Maranhão em 1995 (%). Fonte: IBGE (1997).

Outra atividade significativa do Estado é a produção de carvão vegetal, lenha e madeira em tora (Figura 3.6). Entretanto, a exploração de espécies naturais tem sido minimizada pela exploração vegetal em florestas plantadas (eucalipto e paricá), apesar de ser uma prática incipiente e não universalizada no Estado.

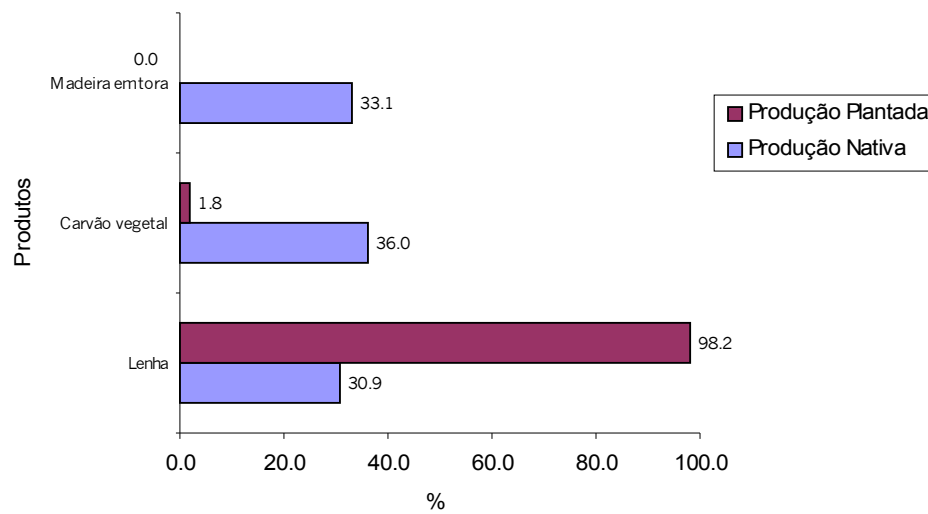


Figura 3.6 - Produção de carvão vegetal, lenha e madeira em tora do Estado do Maranhão (%). Fonte: IBGE (1997).

A maior parte da população economicamente ativa (PEA) distribui-se em sete ramos de atividade, conforme mostra a Figura 3.7. Os setores agrícolas, prestação de serviços e comércio são os que detêm cerca de 79,3% da PEA.

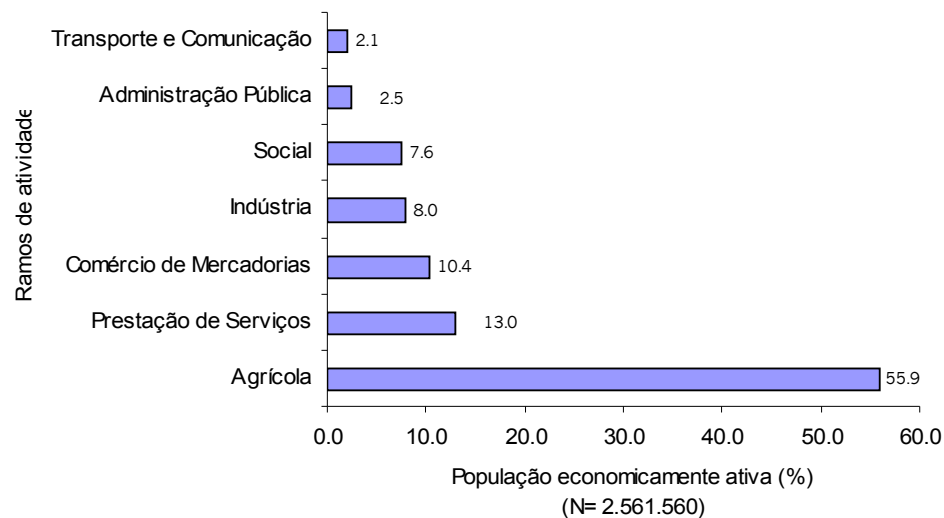


Figura 3.7 - Distribuição da população economicamente ativa por ramo de atividade no Maranhão em 1996. Fonte: IBGE (1997).

3.2.2 Energia

O aproveitamento de energia elétrica do Estado do Maranhão é feito por um sistema integrado por usinas hidrelétricas, termelétricas, subestações e linhas de transmissão que pertencem à Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF) e à Companhia Energética do Maranhão (CEMAR). Ao longo da década de 80, verificou-se um crescimento no setor energético, com a expansão de rede elétrica para sedes municipais e povoados do Estado. A interligação com os sistemas Boa Esperança (Usina Castelo Branco), Sobradinho e Tucuruí permitiram o atendimento do processo de industrialização. O Quadro 3.2 mostra o percentual de consumidores por classe de consumo entre 1993 e 1995 no Estado do Maranhão. Observa-se a prevalência do consumo pelas residências, seguido do comércio.

Quadro 3.2 - Percentual do número de consumidores no Estado do Maranhão, por classe de consumo entre 1993 e 1995.

Classes	1993	1994	1995
Residencial	90,3	90,5	90,4
Industrial	1,0	0,9	0,9
Comercial	6,5	6,3	6,5
Rural	0,9	0,9	0,9
Poder Público	1,0	1,1	1,1
Iluminação Pública	0,1	0,1	0,1
Serviço Público	0,1	0,1	0,1
Próprio	0,1	0,1	0,0
Total Consumidores	100,0	100,0	100,0

Fonte: CEMAR, 1998.

A evolução do consumo de energia por classes de consumidores do Estado do Maranhão entre 1993 e 1995, encontra-se no Quadro 3.3. Os principais consumidores de energia são as residências, a indústria e o comércio. Ainda é discreto o uso de energia elétrica na zona rural.

Quadro 3.3 - Percentual de consumo de energia elétrica (%GWh) por classe de consumidor entre 1993 e 1995.

Classes	1993	1994	1995
Residencial	38,6	39,1	40,6
Industrial	16,7	15,7	15,2
Comercial	19,2	19,6	20,2
Rural	2,0	1,6	1,7
Poder Público	4,9	5,2	5,4
Iluminação Pública	9,9	9,6	8,5
Serviço Público	8,4	8,9	8,2
Próprio	0,3	0,3	0,2
Total Consumidores	100,0	100,0	100,0

Fonte: CEMAR, 1998.

Convém destacar, ainda, as principais empresas consumidoras de energia elétrica no Estado do Maranhão (Quadro 3.4). À exceção da Companhia de Água e Esgoto do Maranhão (CAEMA), os grandes consumidores pertencem à indústria ou ao comércio.

Quadro 3.4 - Principais Consumidores de Energia Elétrica no Estado do Maranhão.

MUNICÍPIO	CONSUMIDOR	ATIVIDADE
São Luís	Cia. Vale do Rio Doce – CVRD	Comércio e Export. de Minérios
Itapecuru-Mirim	CAEMA-Sistema Italuís	Água, Esgoto, Saneamento
Coelho Neto	Itapagé S/A-Celulose, Papéis e Artefato	Indústria de Papel
Codó	Itapicuru Agro-Industrial S/A	Fabricação de Cimento
Açailândia	Viena Siderúrgica do Maranhão	Produção de Ferro-gusa
São Luís	Finobrasa do Maranhão S/A	Indústria Têxtil
São Luís	Cervejaria Equatorial	Fabricação de Cerveja
Açailândia	Gusa Nordeste	Produção de Ferro-gusa
Açailândia	SIMASA	Produção de Ferro-gusa
Rosário	Maranhão Gusa S/A	Produção de Ferro-gusa
Açailândia	Cia Siderúrgica Vale do Pindaré	Produção de Ferro-gusa
São Luís	Cervejaria Antártica Piauí	Fabricação de Cerveja
São Luís	Merck-Maranhão Produtos Vegetais	Produtos Farmacêuticos
Coelho Neto	Itajubara S/A-Açúcar e Alcool	Fabricação de Açúcar
São Luís	Maranhão Industrial S/A-Moinho de Trigo	Fabricação de Farinha de Trigo
São Luís	Oleaginosa Maranhense - OLEAMA	Fabric. de Óleos Vegetais
Imperatriz	Frigorífico Vale do Tocantins S/A	Abate e Conserva de Animais
Açailândia	Gaisa-Galleti Agro-Industrial Ltda.	Indústria Madeireira

Fonte: CEMAR, 1998.

Para o ano de 1996, o Estado do Maranhão consumiu 1.736 Gwh atendendo 136 sedes municipais e 841 localidades (CEMAR,1998).

3.2.3 Comunicações

A empresa de Telecomunicações do Maranhão - TELMA, em participação com a EMBRATEL, a TELEPISA e a TELECEARÁ, já iniciou a interligação de São Luís, via Fortaleza, à moderna rede nacional e internacional de fibra ótica. A situação da telefonia no Estado do Maranhão no ano de 1996, encontra-se no Quadro 3.5, onde se observa que 403 localidades no Estado já são atendidas por sistema telefônico.

Quadro 3.5 - Situação da Telefonia no Estado do Maranhão, em 1996.

MODALIDADE	Nº
Telefones Convencionais Instalados	177.892
Telefones Celulares Instalados	45.600
Telefones Convencionais Contratados	59.818
Telefones Celulares Contratados	10.880
Localidades Atendidas	403
Telefones de Uso Público, em Serviço	3.291

Fonte: TELMA, 1998.

3.2.4 Transportes

A malha ferroviária do Estado é composta pelas seguintes estradas de ferro:

Estrada de Ferro Carajás

A Estrada de Ferro Carajás, tem 890km de extensão (sendo 685km em território maranhense), interligando as reservas minerais da Serra dos Carajás, no Pará, ao porto

Ponta da Madeira, em São Luís. Gerenciada pela Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), esta ferrovia de última geração é a mais moderna em operação hoje no País.

Ferrovia Norte-Sul

A Ferrovia Norte-Sul, com extensão prevista de 1.571km, possui 106km dentro do território maranhense em operação entre Imperatriz e Açailândia. A construção de seu 2º trecho, com 120 km, ligando Estreito a Imperatriz, já foi iniciado. Operado, também, pela Companhia Vale do Rio Doce, viabilizará o Pólo Agrícola Sul-maranhense e permitirá a ligação do Complexo Portuário de São Luís às regiões Centro-Oeste e Sul-Sudeste do País.

Estrada de Ferro São Luís-Teresina

A Estrada de Ferro São Luís-Teresina, pertencente à Companhia Vale do Rio Doce, tem 454 km e possibilita a integração ferroviária do Maranhão com as demais áreas do Nordeste.

Ferrovia Estreito/Barreiras (BA)

A Ferrovia Estreito/Barreiras(BA), passando por Balsas, já tem estudo de viabilidade para o trecho Estreito/Balsas realizado pela CVRD. Quando em operação, esta ferrovia constituirá importante canal de escoamento da produção, interligando o norte da Bahia e o sul do Maranhão ao complexo Ferroviário-Portuário do Maranhão.

Complexo Portuário

Situado no Estado do Maranhão, no nordeste brasileiro, o Complexo Portuário e Industrial de São Luís tem como principais portos comerciais Itaqui e Ponta Madeira, que se destacam no cenário nacional como importantes terminais graneleiros. Por esses portos - responsáveis por mais de 50% da movimentação de cargas portuárias do norte e nordeste do País - em 1995 passaram mais de 51 milhões de toneladas de mercadorias.

A estes principais portos somam-se outras instalações portuárias vinculadas à atividade pesqueira, ao transporte de veículos e passageiros e à Marinha brasileira, além do terminal privativo da empresa Alumínio do Maranhão S.A. (ALUMAR).

Para instalação de atividades de suporte ao desenvolvimento portuário e para o aproveitamento do extraordinário potencial de localização industrial da região, conta-se com uma gleba próxima à zona portuária, com cerca de 200km², dotada de infra-estrutura básica para receber unidades industriais de grande porte. Trata-se do Distrito Industrial de São Luís (DISAL), a ser complementado por extensa área disponível em direção ao sul, onde está projetado o Distrito Industrial de Rosário. Em sua primeira etapa, este distrito conta com 5km² de áreas planas, perfeitamente integradas ao sistema portuário por via ferroviária e rodoviária e com vasto potencial para instalação de indústrias à jusante das unidades de base.

Este complexo tem as seguintes unidades, com suas respectivas características e movimentação:

Terminal Portuário de Ponta da Madeira

Pertencente à CVRD, é um terminal especializado em exportação de granéis. Movimenta principalmente minérios de ferro e manganês, cargas próprias da empresa oriundas da Província Mineral de Carajás. O terminal, também, presta serviços de embarque a terceiros. Atualmente, embarca ferro-gusa e soja. Movimentou 45 milhões de toneladas em 1995.

Terminal Portuário da ALUMAR

Este terminal é utilizado apenas para manuseio de cargas próprias e possui um berço com 9m de profundidade e equipado com um descarregador/carregador de navios. Movimentou, em 1995, 3.500.000t. São aí descarregados insumos (carvão, coque, bauxita e soda) para a produção de alumínio que são depois embarcados. A alumina no próprio terminal e o alumínio, opcionalmente, no Porto de Itaqui.

Porto de Itaqui

Para atendimento às cargas gerais e de derivados de petróleo, o Maranhão dispõe de um porto público, o Porto de Itaqui, administrado pela Companhia de Docas do Maranhão (CODOMAR). Movimentou, em 1995, 2.500.000t. O Porto tem cais de 1.196m com 4 berços disponíveis, com profundidades que variam de 10 a 14m estando aparelhado com guindastes portuários, carregador de navio e sugadores. Um quinto berço, com 18m de profundidade, está arrendado à CVRD e opera com embarque de granéis sólidos. Encontra-se em construção um novo pier, capaz de receber navios de até 250.000t, que será destinado à movimentação de derivados.

Terminal de Pesca Industrial de Porto Grande

Atendendo à demanda do setor pesqueiro, o governo do Estado construiu um terminal pesqueiro todo aparelhado, inclusive, com uma fábrica de gelo. No entanto, devido ao péssimo gerenciamento, o terminal foi desativado.

Terminal de *Ferry-Boat* da Ponta da Espera

Este terminal é destinado ao atendimento do fluxo de passageiros e veículos entre a Ilha de São Luís e o continente (Alcântara).

Além destes portos, o Maranhão dispõe, ainda, de outros terminais de suporte ao tráfego marítimo e outros de menor porte e movimentação, a saber:

- Terminal da Marinha do Brasil;
- Terminal de Rebocadores da Ponta da Madeira;
- Porto de São Luís;
- Portinho de Pesca Artesanal;
- Porto de São José do Ribamar;
- Porto de Tutóia.

A malha rodoviária do Estado Maranhão possui 52,2 mil quilômetros, distribuídos segundo a esfera de jurisdição de acordo com o Quadro 3.6.

Quadro 3.6 - Malha Rodoviária do Estado do Maranhão

Rodovias	km total	% do total	km pavimentado	% pavimentação
Federais	2.817	5,4	2.229,7	79,1
Estaduais	5.014	9,4	1.944,9	38,8
Municipais	44.376	85,0	-	-
Total	52.207	100,0	4.174,6	8,0

Fonte: DNER, 1998.

Da malha total do Estado, apenas 4.174,6km, ou seja, 8,0%, encontram-se atualmente pavimentados. Considerando-se, porém, apenas as rodovias federais e estaduais, a participação de rodovias pavimentadas nesse conjunto cresce para 53,3%. O Plano

Rodoviário para o período 1996-99 prevê um expressivo aumento nessa relação, com a pavimentação de 941km.

As principais ligações rodoviárias do Estado são:

- BR-010, a rodovia Belém-Brasília, que liga o Maranhão ao Sul do País
- BR-316, conexão leste-oeste, ligando Belém a Teresina e demais capitais do Nordeste
- BR-230, a rodovia Transamazônica totalmente asfaltada no Estado do Maranhão.
- BR- 222, a rodovia que liga Fortaleza/CE à BR 010 em Açailândia/MA.
- BR 226, a rodovia que liga a BR –153 em Araguaína/TO à Teresina/PI.
- BR 135, a rodovia que liga Barreiras/Ba à São Luís/MA.

3.2.5 Indústria

O parque industrial maranhense é incipiente e pouco diversificado. Tem por base as seguintes indústrias: mobiliário, panificação, laticínios, frigoríficos, bebidas, óleos vegetais, açúcar, madeira, produtos minerais não-metálicos como as cerâmicas, olarias, pedreiras, cimento; extração de ouro, indústria mecânica, material elétrico e telecomunicações, voltada para reparação e conservação de veículos e os serviços de infra-estrutura. Além destas, têm estabelecidas ainda atividades industriais na área de siderurgia, minero-metalúrgica de capital intensivo de médio e grande porte, como a do alumínio, manganês e ferro-gusa. Há, ainda, produção de celulose e álcool etílico. Estes últimos segmentos, notadamente o minero-metalúrgico e o da celulose, vêm se instalando com base na formação do Corredor de Exportação do Programa Grande Carajás, em conexão com o Corredor de Exportação do Brasil Central através da Ferrovia Norte-Sul.

A concentração das atividades industriais do Estado é acompanhada pela sua concentração em algumas bacias hidrográficas, cidades e microrregiões. Ao longo das bacias formadas pelos rios de São Luís pelo lado maranhense do Rio Tocantins, Rio Itapecuru e pelo Rio Mearim (com o Grajaú e Pindaré), concentram-se cerca de 75% das indústrias do Estado.

3.3 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO ESTADUAIS

A criação de áreas protegidas é um dos principais instrumentos de conservação da biodiversidade. O estabelecimento de unidades de conservação diferenciadas busca reduzir os riscos de empobrecimento genético do país, resguardando o maior número possível de espécies animais e vegetais.

As diferentes categorias de unidades de conservação existentes no Estado do Maranhão são apresentadas no Quadro 3.7.

3.4 ÓRGÃOS ESTADUAIS

A lista de todos os órgãos estaduais governamentais e não-governamentais do Estado, bem como as terras indígenas são mostrados nos Quadros 3.8 a 3.10.

Quadro 3.7 - Unidades de Conservação Existentes no Estado do Maranhão

Unidades de Conservação do Estado do Maranhão									
Nome da Unidade de Conservação	Esfera		Município(s) de Abrangência	Área (ha)	Formações Vegetais	Atividades Desenvolvidas			
	Fed.	Est.				EA	UP	PQ	FS
Reserva Biológica do Gurupi	x		Carutapera e Bom Jardim	341.650	Floresta úmida perenifólia ombrófila densa				x
Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses	x		Primeira Cruz, Barreirinhas e Santo Amaro.	155.000	Vegetação de dunas, manguezais e restingas				x
Parque Estadual do Mirador		x	Itapecuru e Alpercatas	700.000	Cerrado lato sensu	x			x
Parque Estadual do Bacanga (Sítio do Físico)		x	São Luís	3.061	Floresta estacional perenifólia aberta, manguezais	x			x
Parque Estadual Marinho do Parcel de Manuel Luís		x	Plataforma continental ocidental maranhense		Ecosistemas marinhos, com grande riqueza de corais				
Parque Ecológico da Lagoa da Jansen		x	São Luís	130 – 150	Lago artificial, com faixas de mangue				
APA das Reentrâncias Maranhenses		x	Alcântara, Cedral, Guimarães, Mirinzal, Bequimão, Cândido Mendes, Turiaçu, Luiz Domingues, Godofredo Viana, Cururupu, Bacuri e Carutapera	2.680.911,20	Manguezais				

EA= educação ambiental; UP= uso público; PQ= pesquisa; FS= fiscalização; APA= Área de Proteção Ambiental; RESEX= Reserva Extrativista; RPPN= Reserva Particular do Patrimônio Natural

Quadro 3.7 (Continuação)

Unidades de Conservação do Estado do Maranhão									
Nome da Unidade de Conservação	Esfera		Município(s) de Abrangência	Área (ha)	Formações Vegetais	Atividades Desenvolvidas			
	Fed.	Est.				EA	UP	PQ	FS
APA da Baixada Maranhense - Ilha dos Caranguejos		x	Ilha dos Caranguejos, Pinheiros, São Mateus, Santa Helena, Cajapió, São João Batista, São Vicente de Férrer, Matinha, Pio XII, Viana, Penalva, Vitória do Mearim, Pindaré-Mirim, Peri-Mirim, Palmeirândia, Bequimão, Cajari, Lago Verde, Mirinzal, Olho d'Água das Cunhãs, São Bento, Monção, Arari e Anajatuba	1.775.035,6	Mata de terra firme, manguezais, matas de várzeas			x	
APA da Foz do Rio Preguiças/ Pequenos Lençóis/ Região Lagunar Adjacente		x	Barreirinhas, Tutóia e Araióses	269.684,3	Manguezais, dunas e restingas				
APA da Região de Maracanã		x	São Luís	1.831	Mata de várzea e terra firme				
APA Upaon-Açu/ Miritiba/ Alto Preguiças		x	Axixá, Barreirinhas, Humberto de Campos, Icatu, Morros, Paço do Lumiar, Presidente Juscelino, Primeira Cruz, Rosário, Santa Quitéria do Maranhão, Santa Rita, São Benedito do Rio Preto, São Bernardo, São José de Ribamar, São Luís, Tutóia e Urbano Santos	1.535.310	Litoral Oriental e Golfão Maranhense				

EA= educação ambiental; UP= uso público; PQ= pesquisa; FS= fiscalização; APA= Área de Proteção Ambiental; RESEX= Reserva Extrativista; RPPN= Reserva Particular do Patrimônio Natural

Quadro 3.7 (Continuação)

Unidades de Conservação do Estado do Maranhão											
Nome da Unidade de Conservação	Esfera				Município(s) de Abrangência	Área (ha)	Formações Vegetais	Atividades Desenvolvidas			
	Fed.	Est.	Mun	Priv.				EA	UP	PQ	FS
APA da Serra da Tabatinga	x				Ponte Alta do Tocantins (TO), Alto Parnaíba (MA) e Corrente (PI)	61.000	Mata de terra firme, cerrado	x			x
APA do Itapiracó		x			São Luís	322	Mata de várzea e terra firme			X	
APA do Delta do Parnaíba	x				Araióses, Tutóia, Água Doce e Paulino Neves (MA), Parnaíba, Luís Correia, Ilha Grande de Santa Isabel e Cajueiro da Praia (PI) e Chaval e Barroquinha (CE)	313.809*	Mangue, restinga, mata de várzea	x	x		x
RESEX do Ciríaco	x				Imperatriz	7.050	Mata de terra firme				x
RESEX do Quilombo do Frexal	x				Mirinzal	9.542	Mata de terra firme, mata de várzea	x		X	x
Reserva de Recursos Naturais da Nascente do Rio Balsas			x		Balsas	58.649	Sul do Estado (Cerrado)			X	X
RESEX de Mata Grande	x				Imperatriz e João Lisboa	10.450	Floresta perenifólia				X
Reserva Florestal de Buriticupu				x	Santa Luzia	9.454	Floresta perenifólia			x	x

EA= educação ambiental; UP= uso público; PQ= pesquisa; FS= fiscalização; APA= Área de Proteção Ambiental; RESEX= Reserva Extrativista; RPPN= Reserva Particular do Patrimônio Natural; * = área correspondente a toda APA, recobrando os três Estados.

Quadro 3.7 (Continuação)

Unidades de Conservação do Estado do Maranhão										
Categoria de UC	Nome da UC	Município	Data e Portaria de criação	Área (ha)	Coordenadas Geográficas	Formações Vegetais	Atividades Desenvolvidas na Unidade			
							EA	Vi	Pq	Fs
RPPN	Reserva Jaquarema	São Luís	14/07/98 Port. 100 N de 13/09/98	2,63	02°28'36,7"S 44°12'79,5"W	Mangue Restinga		X		
RPPN	Reserva Jaguarema	São Luís	07/07/88 Port. 217N de 27/07/88	7,68	02°28'60,8"S 44°12'38,6"W	Mata de Galeria Buriti e Açai		X		
RPPN	Reserva São Francisco	Bacabal	07/07/96	150,0	04°07'92,3"S 44°38'36,5"W	Floresta de Cocais		X		
RPPN	Reserva Boa Esperança	São Luís	22/10/97 Port. 120 de 21/10/97	75,0	02°40'47,2"S 44°18'67,1W	Mata de várzea		X		
RPPN	Reserva Cintya	Riachão	22/07/88	152,0		Cerrado		X		
RPPN	Reserva Barra do Jurema	Santa Luzia	14/05/98 Port. 60 de 15/05/98	2.151,0	04°47'09"S 46°39'25,0W	Floresta Amazônica		X		
RPPN	Reserva Estiva	São Benedito do Rio Preto		116,57		Cerrado Transição		X		
RPPN	Reserva São Bento*	Açailândia		704,79		Floresta Tropical de Terra Firme		X		

EA= educação ambiental; UP= uso público; PQ= pesquisa; FS= fiscalização; APA= Área de Proteção Ambiental; RESEX= Reserva Extrativista; RPPN= Reserva Particular do Patrimônio Natural

* adquirida recente pela CELMAR – Celulose do Maranhão

** existem no momento mais quatro processos em análise para criação de RPPNs.

Quadro 3.8 - Terras Indígenas do Estado do Maranhão

Área Indígena	Área Total (ha)	População Indígena (hab)	Demarcada		Municípios Abrangidos
			Sim	Não	
Araribóia	413.288	3.292	x		Amarante do Maranhão
Awá	118.000	140		X	Bom Jardim, Carutapera e Zé Doca
Bacurizinho	82.432	1.396	x		Grajaú
Cana Brava Guajajara	137.329	3.806	x		Barra do Corda e Grajaú
Caru	172.667	232	x		Bom Jardim
Alto Turiaçu	530.525	881	x		Cândido Mendes, Carutapera, Monção e Turiaçu
Geralda/Toco Preto	18.506	51	x		Grajaú
Governador	41.644	370	x		Amarante do Maranhão
Kanela - Buritivelho	125.212	822	x		Barra do Corda
Krikati	146.000	400	x		Amarante do Maranhão, Montes Altos e Sítio Novo
Lagoa Comprida	13.198	249	x		Grajaú
Morro Branco	49	162	x		Grajaú
Porquinhos - Aldeia Chinela	79.520	309	x		Barra do Corda
Rio Pindaré	15.003	455	x		Bom Jardim
Rodeador	2.319	...	x		Barra do Corda
Urucu / Juruá	12.697	336	x		Grajaú

Fonte: IBGE. Anuário Estatístico do Brasil, 1997.

Quadro 3.9 - Órgãos Estaduais

Lista de Organizações Governamentais do Estado do Maranhão		
Instituição	Endereço	Área de atuação
Gerência de Qualidade de Vida	Av. Carlos Cunha, Ed. Nagib Haickel, S/N Calhau - CEP 65076-820 - São Luís – MA (0xx98)246-9168/9204	Conservação, fiscalização, educação ambiental, monitoramento ambiental.
Gerência de Planejamento e Desenvolvimento Econômico	Av. Jerônimo de Albuquerque, s/n, Ed. Clodomir Millet. Calhau – São Luís, MA. (0xx98)227-5588/5741/5645	Pesquisa agropecuária, extensão rural, assistência técnica
Gerência de Desenvolvimento Social	Av. Jerônimo de Albuquerque, Ed. Clodomir Millet, 2º andar Calhau - CEP 65074-220 - São Luís – MA (0xx98)227-5733/5551/5730	Assistência social; Trabalho; Habitação.
Gerência de Desenvolvimento Humano	Rua Virgílio Domingues, 741 São Francisco – CEP 65076-340 - São Luís - MA (0xx98)227-7992/7572	Educação, cultura; Esporte e lazer
Procuradoria da República do Maranhão	Av. Carlos Cunha, Ed. Nagib Haickel, S/N Calhau - CEP 65076-820 - São Luís – MA (0xx98)235-6146/3451/6767	Defesa ambiental
Procuradoria da República de Imperatriz	Rua E, s/n. (0xx98)525-3475	Defesa ambiental
IBAMA – Superintendência Estadual do Maranhão	Av. Alexandre Moura, 25. São Luís, MA. (0xx98) 231-3010; fax (0xx98)231-4332	Fiscalização
ITERMA – Instituto de Colonização e Terras do Maranhão – política agrária do Estado	Rua das Hortas, 270 Centro - CEP 65020-270 - São Luís - MA (0xx98)232-3628/3664/3623	Regularização fundiária
Universidade Federal do Maranhão – UFMA	Av. dos Portugueses, s/n, Campus do Bacanga. São Luís, MA. (0xx98)217-8018/8021; fax (0xx98)217-8016	Ensino, pesquisa e extensão.

Quadro 3.9 (Continuação)

Lista de Organizações Governamentais do Estado do Maranhão		
Instituição	Endereço	Área de atuação
Gerência de Desenvolvimento Regional de Açailândia	Rua Duque de Caxias, nº. 1017 – 1º andar CEP 65.926-000	Abrange os municípios de Açailândia, Itinga do Maranhão, São Francisco do Brejão, Bom Jesus das Selvas, Cidelândia, Vila Nova dos Martírios, São Pedro da Água Branca e Buriticupu
Gerência de Desenvolvimento Regional de Imperatriz	BR 010, km 1343 – Conjunto Nova Vitória II CEP: 65.900-000	Abrange os municípios de Imperatriz, João Lisboa, Senador La Rocque, Buritirana, Amarante do Maranhão Davinópolis, Governador Edson Lobão, Montes Altos, Governador Ribamar Fiquene.
Gerência de Desenvolvimento Regional de Santa Inês	BR – 222, km 10 – Santa Filomena CEP: 65.300-000	Abrange os municípios de Santa Inês, Tufilândia, Pindaré-Mirim, Bela Vista do Maranhão, Pio XII, Saturbinha, Igarapé do Meio, Monção, Santa Luzia, Alto Alegre do Pindaré, Bom Jardim e São João do Caru.
Gerência de Desenvolvimento Regional de Zé Doca	Av. Militar, s/n – Vila do Bec CEP: 65.365-000	Zé Doca, Carutapera, Luis Domingos, Godofredo Viana, Cândido Mendes, Amapá do Maranhão, Boa Vista do Gurupi, Junco do Maranhão, Maracaçumé, Governador Nunes Freire, Presidente Médici, Centro do Guilherme, Maranhãozinho, Santa Luzia do Paruá, Centro Novo do Maranhão, Nova Olinda do Maranhão, Araguaã e Governador Newton Bello.

Quadro 3.10 – Organizações Não Governamentais do Estado do Maranhão

Instituição	Endereço	Contato	Área de atuação
Movimento Ecológico Popular - MEP	Caixa Postal 217 CEP 65.903-970 Imperatriz-MA,	Telefone: (098)723-20209	Defesa ambiental
Associação Agropecuária Tijupá	Rua Santo Antônio 266 Centro CEP 65010-590 São Luís-MA	Marluze Telefone: (098) 222-3355/231-5740	Defesa ambiental
Associação Maranhense para a Conservação da Natureza - AMAVIDA	Rua Tibiri, Q 1E, C 45 – Residencial Vinhais Caixa Postal 843 CEP 65001-970 São Luís-MA;	Telefone: (098)236-4881	Defesa ambiental, capacitação, promoção de eventos.
Comite de Defesa da Ilha de São Luís	Beco do Couto, 56, Centro CEP 65010-110 São Luís-MA	Telefone: (098) 231-3098	Defesa ambiental
Grupo de Apoio à Mãe Natureza - GAMANÉ	Rua Ivar Saldanha 149, Vila Palmeira CEP 65045-640 São Luís-MA		Defesa ambiental
Somadema – Sociedade Maranhense de Defesa da Natureza	Conj. Residencial Primavera, Casa 01-Q.J - R/G, Turu, São Luís-MA CEP 65066-530	José Machado de Jesus	Defesa ambiental
Comitê Rosariense de Defesa do Meio Ambiente	Travessa Tiradentes, 99 CEP 65100-000 Rosário-MA,	Telefone: (098)345-1108	Defesa ambiental
Associação Brasileira de Engenharia Sanitária-ABES	Rua Silva Jardim, 309, Centro CEP65020-560 São Luís-MA		Fiscalização, promoção de eventos
Clube dos Amigos da Natureza	Rua 96, Quadra 71, Casa 03-Vinhais-CEP 65070 São Luís-MA,	Telefone (098)236-4150	Defesa ambiental
Fórum Permanente de Defesa da Amazônia	Rua do Pespontão, 256 CEP 65010-460- São Luís-MA;	Telefone: (098) 221-1175; Fax: (098)231-1175	Defesa ambiental
Movimento em Defesa do Rio Formoso	Rua 06 Quadra 18 Casa 12- Vila Embratel CEP 65080 São Luís-MA;	Telefone: (098)221-3620	Defesa ambiental
Movimento Nacional Jovens Curupiras	Rua da Viração 118 CEP 65010-030 São Luís-MA	Telefone (098) 222-7339	Defesa ambiental
Grupo Flora	Rua Dorgival Pinheiro de Sousa, 1155 Centro CEP 65903-270 Imperatriz-MA;	Telefone: (098)721-2268	Defesa ambiental
Instituto do Homem	Av. Jerônimo de Albuquerque s/n, Casa do Trabalhador, Calhau - São Luís-MA	Telefone: (098)246-2611/246-1776	Capacitação, promoção de eventos
Associação de Defesa Ecológica da Região Tocantina – ADERT	Rua São João, Casa 12, Jardim Cristo Rei, Caixa Postal 73 CEP 65900-970 Imperatriz-MA;	Telefone (098) 721-3903	Defesa ambiental
Movimento Juventude Ecológica do Maranhão	Rua da Alegria, 343, Centro, CEP 65020-010 São Luís-MA;	Telefone (098) 222-0070	Defesa ambiental
Núcleo de Orientação Ecológica, Pesquisa e Divulgação do Meio ambiente – NOPEMA	Conjunto IPASE, Quadra Y, Vinhais, CEP 65061-060 São Luís - MA;	Telefone: (098) 223-1512	Defesa ambiental
Grupo de Trabalho Amazônico - GTA	SCLN 202 Bl. B Sala 105 CEP 70832-525 Brasília-DF	Telefone (061)322-3055 e-mail	Defesa ambiental